

MULHERES, EDUCAÇÃO E PODER: REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

WOMEN, EDUCATION, AND POWER: FEMALE REPRESENTATION IN HIGHER EDUCATION

MUJERES, EDUCACIÓN Y PODER: REPRESENTACIÓN FEMENINA EN LA DOCENCIA SUPERIOR

Bruna Suene Silva Moreira¹

Instituto Federal do Maranhão (IFMA/Campus Pinheiro)

Raimunda Nonata da Silva Machado²

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Resumo

Este artigo analisa a representatividade feminina em lugares de poder, com ênfase na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Examina a presença de mulheres no ensino superior brasileiro nos últimos anos e discute o processo de feminização do magistério, fenômeno historicamente vinculado à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental. A partir de uma revisão de pesquisas e estudos sobre o tema, ressalta a importância da ocupação desses lugares como posição centrada (Asante, 2009) na promoção de justiça social para grupos historicamente marginalizados nos âmbitos epistêmico, social e político. Além disso, aborda a diversidade dos movimentos feministas, com destaque para os avanços do feminismo negro e decolonial. Por fim, apresenta as investigações mais recentes produzidas na área da educação, na UFMA, sobre mulheres, relações raciais e de gênero.

Palavras-chave: Representatividade; mulheres; lugares de poder.

Abstract

This article analyzes female representation in positions of power, with an emphasis on the Federal University of Maranhão (UFMA). It examines the presence of women in Brazilian higher education in recent years and discusses the feminization of the teaching profession, a phenomenon historically linked to early childhood education and the initial years of elementary school. Based on a review of research and studies on the topic, it highlights the importance of occupying these positions as a centered location (Asante, 2009) in promoting social justice for groups historically marginalized in epistemic, social, and political spheres. Additionally, it addresses the diversity of feminist movements,

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Servidora do quadro efetivo na carreira de técnicos administrativos do Instituto Federal do Maranhão (IFMA/Campus Pinheiro), Pinheiro/MA, Brasil. E-mail: bruna.moreira@ifma.edu.br, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7429711669841674>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0894-1801>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís/MA, Brasil. E-mail: raimunda.nsm@ufma.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5162649800057919> e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7754-8128>.

with a focus on the advancements of Black and decolonial feminism. Finally, it presents the most recent research conducted in the field of education at UFMA on women, racial relations, and gender.

Keywords: Representativeness; women; places of power.

Resumen

Este artículo analiza la representatividad femenina en lugares de poder, con énfasis en la Universidad Federal de Maranhão (UFMA). Examina la presencia de mujeres en la educación superior brasileña en los últimos años y discute el proceso de feminización de la enseñanza, específicamente vinculado a la educación infantil y a los primeros años de la educación primaria. A partir de una revisión de investigaciones y estudios sobre el tema, resalta la importancia de la ocupación de estos lugares como una posición centrada (Asante, 2009) en la promoción de la justicia social para grupos históricamente marginados en los ámbitos epistémico, social y político. Además, aborda la diversidad de los movimientos feministas, destacando los avances del feminismo negro y decolonial. Finalmente, presenta las investigaciones más recientes producidas en el área de la educación, en la UFMA, sobre mujeres, relaciones raciales y de género.

Palabras claves: Representatividad; mujer; lugares de poder.

INTRODUÇÃO

A representatividade feminina é um tema amplo que demanda uma abordagem interdisciplinar, especialmente no campo das Ciências Sociais e das Políticas Públicas. A concentração de lutas por maior participação das mulheres em lugares de poder instiga-nos a questionar a formação estrutural do ensino e da gestão educacional nas universidades, cujo estudo demonstra baixa ocupação de mulheres em cargos de poder.

É necessário discutir políticas em torno da representatividade feminina nos cargos de gestão universitária que possui lugar privilegiado de produção do conhecimento e, por conseguinte do poder³, no qual a atuação efetiva das mulheres ainda é escassa como demonstram as lutas históricas das mulheres por acesso e direito à educação e ao trabalho docente, assim, este estudo aborda sobre a dissimetria entre homens e mulheres na gestão universitária.

Nessa direção, os estudos das relações de gênero, da formação patriarcal, sexista e racista, que analisam modos de estruturação da humanidade no decorrer da história, ainda precisam ser debatidos em vários contextos, e, neste estudo trataremos da presença feminina em cargos de gestão na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), questionando o empoderamento⁴ libertador, o lugar de fala⁵ e a resistência feminina nos

³ Poder na perspectiva de Foucault (1979), como técnica, dispositivo, mecanismo, métodos que permitem o controle minucioso das operações, que asseguram sujeições, manipulam comportamentos, fabricam o funcionamento tido como ideal a uma determinada sociedade, instituição, corpos e estruturas da sociedade como um todo.

⁴ O empoderamento libertador, em contraposição ao discurso neoliberal de empoderamento feminino que circula massivamente, o primeiro coloca as relações de poder no cerne da autonomia e da erradicação



processos de representação e representatividade cujos conceitos ganham notoriedade na tecitura⁶ das lutas feministas por lugares de poder.

Para Asante (2009), grupos historicamente marginalizados devem se reposicionar epistemicamente, ou seja, ocupar lugares onde possam definir suas próprias realidades, interpretar suas experiências e afirmar sua identidade sem a mediação de perspectivas eurocêntricas. Isto significa ocupar posições a partir da qual se pode propor narrativas, influenciar estruturas sociais/institucionais, produzir conhecimentos de descolonização da estrutura social e desconstruir visões hegemônicas a partir de uma perspectiva plural pautada no feminismo negro e descolonial. Afinal, lugares de poder não são apenas um espaço político ou institucional, mas também um espaço de construção/desconstrução de conhecimentos e (re)criação cultural.

A luta por representatividade é muito importante, pois é um dos caminhos a serem percorridos para construção de um mundo que reconheça mulheres, negros e negras, população LGBTQIAPN+, indígenas e outros. É um modo de construir projetos políticos e pedagógicos com base na dimensão da interseccionalidade e descolonialidade que considere as múltiplas formas de opressão que têm anulado modos de ser e viver de alguns grupos sociais.

Representatividade é, ainda, um conceito muito difuso, o que ocasiona interpretações equivocadas, por parte de muitos que se dedicam a escrever sobre as zonas de subalternizações ou subjugação de certos grupos sociais. No dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras, o conceito é entendido como: “representa e que é constituído de representantes” (Bechara, 2011, p. 1109). Mas, o que se compreende no âmbito das lutas sociais?

Veremos, neste estudo, especificamente as mulheres em suas diversidades no âmbito acadêmico e as lutas políticas na ocupação de lugares de decisão para alcançarem mais que visibilidade, a justiça sociocultural. Um modo de busca por

do patriarcado como sistema de opressão, que pressiona mulheres a se encaixarem em determinados lugares (Cornwall, 2018).

⁵ Entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (Ribeiro, 2017, p.36-37).

⁶ Aqui se emprega o termo com “C”, como significação daquilo que é tecido, entrelaçado por redes, fios condutores, que levam a determinados lugares e constroem extensões de poder, simbolismos e estruturam espaços físicos e simbólicos como propensos ao sexo masculino, branco, heteronormativo. Outrossim por ser a escrita com “C”, considerada a forma brasileira de escrita.



representatividade na tentativa de escapar do obscurantismo epistêmico, social, familiar, econômico, político, financeiro e humano.

Dessa forma, nos interessa tecer reflexões que questionem a construção sociocultural pautada no patriarcalismo e no colonialismo europeu, dentre outros modos de dominação, que criam corpos considerados frágeis (mulheres brancas), inexistentes (mulheres negras e indígenas) e desafiados a conquistarem representatividade em lugares de poder, a exemplo de cargos em gestão universitária da UFMA.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: REVELANDO SILENCIAMENTOS INSTITUCIONAIS NA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

O foco deste trabalho é a universidade, especificamente a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com a participação feminina em postos de poder. Problematisa-se a construção do magistério e do professorar⁷ como uma atividade que, ao longo do tempo, tornou-se predominantemente feminina quando associada às séries iniciais do ensino básico brasileiro, fenômeno conhecido como “feminização do magistério” (Tambara, 1998). Tal configuração, contudo, não se reproduz de forma equivalente no ensino superior. Para exemplificar e fundamentar a discussão, são apresentados dados do Censo da Educação Superior (CES), realizado em 2020.

Tabela 1 – Docentes em exercício por Sexo, Unidade da Federação e Categoria Administrativa das IES, no Brasil (2020).

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Masculino	Feminino	Total Geral
Federal	66.487	51.598	118.085
Estadual	25.271	21.940	47.211
Municipal	3.221	2.813	6.034
Total IES Pública	94.979	76.351	171.330
Total IES Privada	100.118	94.841	194.959
Total no Brasil	195.097	171.192	366.289

Fonte: CES (2020)

⁷ Agente da profissão docente que vive em constante adaptação porque encontra lugares e pessoas diferentes, que é criador de experiências docentes diversas e distintas que desafiam o até então vivido no decorrer da trajetória de formação (Jardim, 2011, p. 93).



A partir desse levantamento sobre o total de docentes da educação superior brasileira, observa-se, conforme a tabela 1, que os homens ganham expressividade numérica na docência em todas as categorias administrativas. Tal dado suscita reflexões acerca da ausência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero, bem como da necessidade de políticas institucionais de acesso e permanência de mulheres na docência em universidades, faculdades, centros universitários. Do mesmo modo, o acesso e a conclusão de cursos de graduação, bem como de programas de mestrado e doutorado por parte de mulheres no Brasil, constituem questões centrais que devem ser analisadas para a criação de uma universidade plural e diversa, capaz de oportunizar lugares, também de prestígio social, para sujeitos historicamente relegados ao obscurantismo epistêmico.

Tabela 2 – Docentes em exercício por Sexo, Unidade da Federação e Categoria Administrativa das IES, no Estado do Maranhão (2020)

Unidade da Federação/Categoria administrativa	Masculino	Feminino	Total Geral
Federal	931	886	1.817
Estadual	754	788	1.542
Municipal	-	-	-
Total IES Pública	1.685	1.674	3.359
Total IES Privada	1.532	1.728	3.260
Total no Maranhão	3.217	3.402	6.619

Fonte: CES (2020)

O recorte regional evidencia que, no estado do Maranhão, as mulheres são maioria na docência de nível superior nas instituições privadas, enquanto nas instituições públicas, os homens predominam numericamente. No total geral, as mulheres aparecem como maioria. No entanto, torna-se imprescindível questionar em quais lugares essas mulheres estão atuando e sob quais condições. A inquietação desse estudo concentra-se, sobretudo, na esfera pública, na qual o levantamento revela que as mulheres são numericamente inferiores.

Realizado esse mapeamento do quantitativo de docentes atuando na educação superior no Brasil e no estado do Maranhão, torna-se essencial discutir a questão da representatividade feminina, as lutas históricas travada pelas mulheres e as relações de gênero. Tai lutas, de caráter gradual, avançam cotidianamente, ocupando novos lugares e tensionando paradigmas coloniais, patriarcais, eurocêtricos, raciais e capitalistas



historicamente impostos.

Por meio de estudo documental e bibliográfico, incluindo os dados estatísticos apresentados anteriormente, vimos que estudos sobre relações de gênero indicam a necessidade de reparação de uma dívida social, histórica e simbólica. Com a atuação dos movimentos feministas, busca-se a construção de alternativas frente aos atrasos na ocupação de lugares anteriormente considerados exclusivos de homens, brancos e heteronormativos. Afinal, os lugares de privilégio, poder e decisão ainda são majoritariamente atravessados por masculinidades hegemônicas.

Ao determinar lugares aos homens e interditá-los às mulheres, a sociedade cria formas de exclusão que se consubstanciam em processos que terão marcas profundas na cidadania feminina; seus reflexos aparecem na desigualdade de representação legislativa e em praticamente todos os espaços de decisão e poder que vão desde o judiciário ao executivo, das direções sindicais e partidárias aos cargos nas universidades, entre outros (Ferreira, 2004, p.03).

Com base em referenciais teóricos sobre representatividade, esta pesquisa analisa a presença feminina em lugares de poder na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), discutindo a feminização do magistério e sua relação com a distribuição de cargos de liderança no ensino superior, a partir de aportes das Ciências Sociais. Com uma abordagem qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, utilizamos fontes acadêmicas como artigos científicos, dissertações, teses e relatórios institucionais relacionadas à representatividade feminina, aos feminismos descoloniais, plurais e às relações de gênero.

Também foram analisados os indicadores da Educação Superior de 2020, disponibilizados pelo Censo da Educação Superior (CES, 2020), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O recorte contempla o quantitativo de docentes em exercício, segmentado por sexo, unidade federativa e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior no Brasil, abrangendo tanto instituições públicas quanto privadas. Dentre esses dados, foram extraídas informações específicas sobre o estado do Maranhão, com foco na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Além disso, com o intuito de ampliar a análise sobre a representatividade feminina na UFMA, foi realizado um levantamento atualizado em dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da instituição, nos



últimos anos, que abordam temáticas relacionadas às mulheres, relações de gênero e raça.

A pesquisa suscitou reflexões acerca da participação efetiva das mulheres na gestão acadêmica e administrativa das universidades. Embora a docência seja historicamente associada à figura feminina em determinadas do sistema educacional brasileiro, a presença das mulheres se reduz significativamente quando se trata da ocupação de cargos de poder, de tomada de decisão e da própria docência superior na UFMA. Assim, torna-se imprescindível discutir a ocupação de lugares representativos por mulheres, visando avanços em direção à justiça social e à equidade, especialmente considerando as interseccionalidades que marcam a experiência dessas minorias.

Em diferentes contextos históricos, a luta das mulheres por direito ao voto, à educação, à saúde, ao divórcio, dentre tantos outros fenômenos sociais, foi impulsionada pelas reivindicações feministas, embora frequentemente interpretada pela sociedade patriarcal, colonial, racista, capitalista como pretensiosa, (Marques, 2018). Nesse sentido, reconhece-se que “É legítimo que exista uma luta para que elas de fato possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar” (Ribeiro, 2020, p.83).

A trajetória de enfrentamentos vivenciada pelas mulheres no acesso aos espaços públicos ainda se reflete na contemporaneidade, quando se observam preconceitos, assédios morais, sexuais, psicológicos, e, em casos extremos, assassinatos⁸ que mulheres ocupantes e não ocupantes de cargos de chefia, pelo simples fato de estarem em espaços historicamente concebidos como masculinos.

A representatividade feminina na ocupação de cargos de lideranças evidencia problemas estruturais do sistema educacional brasileiro expressos na negação da capacidade intelectual e de liderança das mulheres, bem como na misoginia presente tanto na gestão universitária quanto na produção científica e na vida social.

Portanto, a ampliação da presença feminina em lugares de poder no Ensino Superior constitui um elemento central para a promoção da equidade de gênero e da justiça social. A análise da realidade da UFMA contribui para a compreensão das dinâmicas institucionais que favorecem ou dificultam a ascensão feminina, destacando a relevância de políticas públicas e institucionais voltadas à equidade. Espera-se, assim, que este estudo subsidie a construção de estratégias que incentivem a maior participação das mulheres em instâncias decisórias, fortaleçam a diversidade e a representatividade

⁸ O caso da professora e da psicóloga do CEFET- Maracanã no estado do Rio de Janeiro, que foram brutalmente assassinadas pelo “colega” de trabalho, que não aceitava ser chefiado por mulheres.



no meio acadêmico e, inclusive, fomentem redes de proteção às mulheres nas universidades brasileiras, frente às recorrentes ondas de discurso de ódio dirigidas a todas nós.

REPRESENTATIVIDADE FEMININA: DEBATES E TENSIONAMENTOS NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

No artigo intitulado: “A Representatividade Feminina e o Exercício da Docência no Ensino superior” (Alvarenga *et al*, 2022), cuja pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Espírito Santo, as autoras discutem a recorrente presença do assédio, intensificado com o crescimento da participação feminina na docência superior e nos postos de decisão.

São atitudes de violência motivadas, muitas vezes, pelo sentimento de disputa e de perda de espaços historicamente hegemônicos, diante da ascensão de sujeitos considerados minoritários e subalternizados. Na alquimia das múltiplas opressões (social, histórica, cultural, sexista, racista, misógina, etarista, capacitista, lesbofóbica, homofóbica, entre outros), contribuíram para retardar a inserção das mulheres nos lugares de poder, como as universidades. Nesse sentido,

Deve-se considerar os desafios cotidianos vividos pelas professoras que exercem docência em cursos ocupados majoritariamente por homens. Um desses desafios é o assédio sofrido pelas professoras, em especial o moral e o sexual. Sobre isso vale lembrar que, impulsionado pelo crescimento de denúncias de assédio moral e sexual, universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e Cefet, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES, SN), definiu o dia 17 de outubro como um dia nacional de luta da categoria. (Alvarenga *et al*, 2022, p.591).

Sustentando este estudo e suscitando novas indagações, diversas pesquisas realizadas em universidades brasileiras têm desenvolvido levantamentos sobre o contingente feminino na ocupação de postos de decisão. Entre elas, destaca-se o estudo “Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil”, realizado na UNICAMP, que apresentou as seguintes conclusões:

Em 2011, o conselho universitário contava com 20 docentes como representantes docentes titulares. Desses, apenas cinco (ou 25%) eram do sexo feminino. Essa é aproximadamente a mesma proporção da composição por sexo do conselho universitário entre 2002 e 2011- período em que, entre os 151 docentes que atuaram como conselheiros, apenas 34 (22,5%) eram do sexo feminino. Esses dados indicam que os docentes



do sexo masculino têm significativamente mais chances do que suas colegas do sexo feminino de ocupar diretorias de faculdades e institutos, e cargos no conselho universitário. Suas chances de atuarem como reitores ou pró-reitores são ainda maiores. Isso mostra o quanto às professoras têm mais dificuldades de ocupar cargos que acumulam maior poder universitário (Moschkovich; Almeida, 2015, p.32).

Diante disso, torna-se necessário explicitar que os cargos de gestão nas universidades brasileiras compreendem, entre outros, as funções de **reitora, pró-reitoras, coordenadoras de curso, diretoras de centro, diretoras adjuntas, prefeitas de campus**, bem como **cargos em conselhos universitários e todo aquele caracterizados por algum nível de poder** decisório.

Outro estudo relevante sobre a temática é “A Representatividade das Mulheres na gestão das Universidades” (2018) que fez um levantamento sobre diversos cargos de gestão, tais como:

Assessor, assessor de reitor; assistente administrativo, assistente técnico, auditor, chefe, chefe de departamento, chefe, diretor, diretor de centro acadêmico, diretor de divisão, diretor de órgão de seção, chefe de serviço, coordenador, coordenador de pós-graduação, coordenador administrativo, coordenador de curso de graduação, coordenador de extensão suplementar, gerente, pregoeiro, presidente, pró-reitor, secretário, superintendente, vice-diretor, vice- diretor de centro, vice-reitor (Silva *et al*, 2018, p.129).

Para elucidar o conceito de representatividade, especialmente a partir de escritos que legitimam a luta das mulheres negras por lugares de poder, destaca-se o estudo “Falando a voz dos nossos desejos: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras”. As autoras alertam para os riscos da arte de falar pelo outro. Vejamos:

Que a prática de falar pelos outros frequentemente nasce do desejo de domínio, para privilegiar a si mesmo como alguém com um melhor entendimento da verdade sobre a situação do outro, complementando que o efeito da prática de falar pelos outros pode ser identificada, continuamente, mas nem sempre, como apagamento e reinscrição das hierarquias sexuais, nacionais e de outros tipos (Silva; Silva, 2019; p.49).

A representatividade, entretanto, ultrapassa essa compreensão restrita. Conforme Sílvia Almeida (2019, p. 109) “Refere-se à participação de minorias em lugares de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia”. Ao discutir o racismo estrutural, o autor aponta os efeitos positivos da representatividade no enfrentamento das opressões historicamente impostas



a grupos subalternizados, destacando que ela pode:

1. Propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo.
2. Desmantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam as minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, as mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva (Almeida, 2019, p. 110).

Entre as pautas centrais dos feminismos, o conceito de representatividade tem ganhado crescente relevância, sendo compreendido como possibilidade de reivindicação do lugar de fala, de decisão, das “escrevivências” (Evaristo, 2020) e da construção de coletividades mais solidárias. Foi por meio das lutas dos movimentos feministas negros que se conquistaram avanços importantes no reconhecimento das especificidades dessas mulheres, para além das perspectivas do movimento feminista hegemônico.

O quadro abaixo evidencia avanços e discussões relacionadas às pautas do feminismo negro nos últimos anos, reforçando a necessidade de ampliação da representatividade em espaços sociais como a universidade.

Quadro 1 – Movimento feminista no Brasil, e mulheres negras: entre discussões e avanços.

Discussões	Avanços
Ausência de discussão teórica e multirracial;	Referência internacional de temas sobre as mulheres;
Dupla subvalorização da mulher negra;	Status jurídico das mulheres, previsto na Constituição federal do país;
Loirização da televisão brasileira;	Inovação de políticas públicas;
Ausência de registros sobre sujeitos políticos diversos;	Criação de Conselhos da condição feminina;
Mito da Democracia Racial;	Delegacia da Mulher;
Universalização da Cultura Ocidental;	Conquistas no campo da sexualidade;
Mercado de trabalho e o racismo estrutural;	Reserva em partidos políticos brasileiros, a mulheres.
Violências domésticas, sexuais em torno da mulher negra;	Creches e escolas;
Objetificação sexual da mulher negra;	Lei Maria da Penha, número 13.340/2006.
Ausência de políticas de saúde para a mulher negra;	Lei de proteção ao Feminicídio, lei número 13.104/2015.
Naturalização do racismo e sexismo nos meios de comunicação de massa.	Criação de abrigos institucionais de proteção às mulheres vítimas de violências domésticas.



Fonte: criado pela autora com base no artigo “Mulheres em Movimento: contribuições do feminismo negro” da Autora Sueli Carneiro (2019).

Assim, ao narrarmos nossas próprias trajetórias de luta, reunimos demandas oriundas de diferentes experiências que servem para propor mudanças nas estruturas de poder, evitando que alguns sujeitos ocupem certos lugares de privilégios e falem em nome dos demais. Trata-se de uma luta coletiva, marcada por múltiplas vozes, em busca de reconhecimentos e direitos. Ressalta-se que a representatividade não se restringe às pautas feministas, mas atravessa diversos movimentos sociais que buscam legitimidade, influência política e conquistas sociais.

Entretanto, a atuação representativa envolve implicações significativas, sobretudo quando se propõe falar pelo outro. No estudo “Exclusão informativa: representação e representatividade dos negros e afrodescendentes nas capas da revista *Veja*” (Golzio, 2005), o autor analisa como a população negra é retratada em uma revista de grande circulação nacional, evidenciando a recorrência de estereótipos associados a esportes, criminalidade e música, o que contribui para a construção de imagens estigmatizadas.

No que se refere à representação feminina, observa-se que, em muitos lugares de poder, a imagem da mulher negra é utilizada como estratégia simbólica, reforçando, por vezes, o mito da democracia racial. Essa representação isolada não assegura inclusão nem equidade racial e de gênero, servindo, frequentemente, para mascarar desigualdades estruturais. Tal fenômeno é evidente nos meios de comunicação, na teledramaturgia, no cinema e na literatura, onde mulheres negras são frequentemente retratadas em papéis subalternizados, como no caso da personagem Tia Nastácia, de Monteiro Lobato (1976).

Essa limitação reflete o racismo estrutural articulado ao sexismo, restringindo as possibilidades de ascensão das mulheres negras a lugares de prestígio e decisão. Além disso, desconsidera suas experiências e perspectivas, negligenciando seu protagonismo. Torna-se, assim, fundamental analisar criticamente os mecanismos institucionais que mantêm hierarquias sociais sob o discurso da inclusão, sem promover transformações estruturais efetivas, conforme destaca Almeida (2019).

Uma das características das instituições é se reformar para dar conta de seus conflitos internos e responder aos externos, a fim de preservar a sua existência e também as condições de dominação do grupo no poder. Por isso, não é incomum que instituições públicas e privadas passem a contar com a presença de representantes de minorias em seus quadros sempre



que pressões sociais coloquem em questão a legitimidade do poder institucional. No caso do Brasil, um país de maioria negra, a ausência de representantes da população negra em instituições importantes já é um motivo de descrédito para tais instituições, vistas como infensas à renovação retrógrada, incompetentes e até antidemocráticas (Almeida, 2019, p. 110-111).

A proposição de mudanças estruturais em uma sociedade marcada pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo não pode se restringir à ocupação simbólica de lugares de representação. Para que a presença feminina em instâncias de poder produza efeitos concretos, é necessário que esteja vinculada a lutas coletivas por direitos e superação das desigualdades estruturais. Como ressaltam Abers e Keck (2008, p. 109): “Representatividade não pode significar mera reflexão”.

A proposição de mudanças estruturais em uma sociedade marcada pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo não pode se limitar à ocupação simbólica de espaços de representação. Para que a presença feminina em instâncias de poder produza efeitos concretos, é necessário que esteja vinculada a lutas coletivas por direitos e justiça social. Como afirmam Abers e Keck (2008, p. 109), “representatividade não pode significar mera reflexão”.

A ocupação de espaços decisórios por grupos historicamente marginalizados resulta de longas lutas coletivas pela reparação de injustiças históricas. Nesse contexto, a representatividade deve estar associada a transformações profundas que eliminem a desigualdade como limite estrutural. Como aponta Souza (2021, p. 28), ela não se restringe à visibilidade, mas implica mudança efetiva.

Embora ainda seja necessário delimitar com maior precisão os limites entre representação e representatividade, observa-se, nos últimos anos, a banalização do uso do conceito em discursos que desconsideram suas implicações políticas. Assim, torna-se fundamental questionar os níveis de responsabilidade associados à ocupação de lugares de poder e seus impactos sobre as lutas coletivas. Estar em posição privilegiada sem compromisso com essas lutas significa representar apenas a si mesmo. Como afirmam Silva e Silva (2019, p. 45), “o que garantiria a representatividade é a condição de responsividade”.

Portanto, a representatividade se concretiza na ocupação da agenda política com foco nos interesses coletivos, na ampliação do acesso a espaços de decisão e no fortalecimento de lutas comunitárias. É a partir desse entendimento que se questiona: como a representatividade feminina se manifesta no magistério superior e, especificamente, no contexto da UFMA?



REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DOS ESTUDOS DE GÊNERO E RAÇA NO PPGE⁹ DA UFMA

A representatividade feminina no Magistério Superior, especialmente no contexto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), deve ser compreendida para além da mera presença numérica de mulheres na docência. Estudos realizados na instituição sobre questões raciais, gênero e a atuação de mulheres na área da Educação apontam que a inserção feminina nesses lugares ainda enfrenta barreiras estruturais relacionadas ao racismo e ao sexismo institucionalizados. A representatividade, nesse sentido, não se limita à ocupação de cargos, mas implica a garantia de voz ativa na formulação de políticas acadêmicas, na produção de conhecimento crítico e na promoção da equidade dentro da Universidade.

Além disso, a presença de mulheres negras no Magistério Superior tem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na ampliação de referências para estudantes, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais plural e democrático. Dessa forma, a representatividade feminina na Educação, a partir das perspectivas analisadas na UFMA, deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação institucional e social, que busca garantir condições igualitárias de acesso, permanência e ascensão para mulheres no ensino superior.

Ao explorar outras produções de conhecimento sobre mulheres professoras e das inúmeras lutas que atravessam suas vidas, observa-se que nos últimos vinte anos que, a UFMA, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), já desenvolveu diversas pesquisas voltadas à história das mulheres professoras. Essas investigações ampliam a produção de conhecimento sobre a mulher na profissão docente e contribuem para a formulação de políticas públicas e institucionais, bem como para o aprofundamento das discussões sobre representatividade feminina, em particular, no Magistério Superior.

⁹ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



Quadro 2 – Dissertações de integrantes do GEMGe sobre questões raciais, gênero e mulheres na Educação – PPGE/UFMA (2003 a 2019)

Nº	MESTRANDA (O) / ORIENTADORA	TÍTULO	ANO
QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO			
1	Raimunda Nonata da Silva Machado Sandra Maria Nascimento Sousa	Mulher Negra: ressignificando discurso no espaço escolar	2008
2	Fernanda Lopes Rodrigues Diomar das Graças Motta	A Invisibilidade da Mulher Negra Maranhense no Estudo sobre a Formação da Professora na Escola Normal Pública em São Luís (1930-1945).	2011
3	Claudiane Santos Araújo Iran de Maria Leitão Nunes	Infância negada: um estudo sobre as relações sociais de meninas negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870).	2013
4	Simone Cristina Silva Simões Raimunda Nonata da Silva Machado	Concepções de Gênero e Sexualidade no Curso de Pedagogia UFMA Codó: Criando espirais de conhecimento com o olhar discente.	2020
5	Glaucia Santana Silva Padilha Diomar das Graças Motta	O Afropioneirismo de Mulheres na Educação Superior em São Luís do Maranhão.	2021
6	Ana Carla de Melo Almeida Raimunda Nonata da Silva Machado	“Nós, VOZ, elas: mulheres professoras narrando suas vivências de desigualdade de gênero e raça no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.	2022
7	Soraia Lima Ribeiro de Sousa Raimunda Nonata da Silva Machado	A África em nós: saberes ubuntu na formação inicial docente no curso de pedagogia (Ufma/campus Codó).	2022
8	Mariana Fernandes Brito Raimunda Nonata da Silva Machado	“Uma nação se faz na cama?” Corpo e sexualidade da mulher afro-brasileira.	2022
9	Tercília Mária da Cruz Silva Raimunda Nonata da Silva Machado	Saberes dos Cocais Maranhenses: dialogicidade com mulheres Quilombolas Quebradeiras de coco babaçu de Laranjeiras	2023
10	Walquíria Costa Pereira Raimunda Nonata da Silva Machado	Saberes de Professoras AfroUniversitárias da LIESAFRO: memórias de práticas educativas afrocentradas intersubjetivas	2023
11	Fernanda Silva da Costa Raimunda Nonata da Silva Machado	SABER LOCAL E EDUCAÇÃO MUSICAL: vozes de cantoras compositoras afrodescendentes do Maranhão.	2024
12	Danielle Cristina dos Santos Pereira Raimunda Nonata da Silva Machado	A Representação Visual da Mulher Negra e suas (Re)produções no Curso de Design da UFMA	2024
13	Bruna Suene Silva Moreira Raimunda Nonata da Silva Machado	Onde Estão, Elas, na Educação Superior? Representatividade Feminina, a partir dos Campi do Continente/UFMA.	2024



QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO			
1	Maria Goretti Cavalcante de Carvalho Diomar das Graças Motta	A proposta pedagógica da Congregação Missionária Capuchinha na história da educação maranhense.	2003
2	Elizângela Santos de Amorim Diomar das Graças Motta	Trajetória educacional de mulheres em assentamentos de Reforma Agrária na Região Tocantina – MA.	2007
3	Janette Maria França de Abreu César Augusto Castro	Relações de Gênero e suas Influências na escolha do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão.	2008
4	Mary Angélica Costa Tourinho Diomar das Graças Motta	As Normalistas nas duas primeiras décadas do Século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas.	2008
5	Maria das Dores Cardozo Frazão Diomar das Graças Motta	Em Cena: empoderamento de mulheres diretoras.	2009
6	Sirlene Mota Pinheiro da Silva Diomar das Graças	A Mulher Professora e a Sexualidade: representações e práticas no espaço escolar.	2009
7	Maria José Lobato Rodrigues Iran de Maria Leitão Nunes	Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão – 1840-1894.	2010
8	Darlene Sousa Silva Diomar das Graças Motta	Infância Roubada: memórias domésticas	2010
9	Sheila Cristina Rocha Coelho Iran de Maria Leitão Nunes	Para Além do Cárcere: o significado reeducativo da pena privativa de liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís	2010
10	Zeila Sousa de Albuquerque Diomar das Graças Motta	As Ações Educativas na Casa-Abrigo para Mulheres em Situação de Violência em São Luís- MA.	2011
11	Camila Ferreira Santos Silva Iran de Maria Leitão Nunes	A Mulher deve ser bela, deve ter Graças e Encantos: educação de salão na São Luís republicana	2011
12	Kellen Regina Moraes Coimbra Maria de Fátima da Costa Gonçalves	As Professoras da Escola “D. Maria”: um estudo sobre identidade e docência na educação infantil	2011
13	Kelly Almeida de Oliveira Diomar das Graças Motta	A Construção Cultural da Identidade do/a Pedagogo/a pelo Currículo	2011
14	Selma Romana Costa de Albuquerque Diomar das Graças Motta	A Mulher Professora e o Ensino Primário do Estado do Maranhão na década de 1960.	2012
15	Walkiria de Jesus França Martins Iran de Maria Leitão Nunes	Gênero e Sexualidade na formação docente: uma análise no Curso de Pedagogia da UFMA – São Luís.	2012
16	Gilsene Daura da Silva Barros Iran de Maria Leitão Nunes	As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís.	2013
17	Maria Celia Macedo Araújo Melo Diomar das Graças	Gênero e Universidade: a presença da mulher aluna nos Cursos do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão	2013



18	Rosane Lopes e Silva Diomar das Graças Motta	Mulheres professoras do Ensino Primário Caxiense na História da Educação (décadas de 1950-1970).	2013
19	Patrícia Costa Ataíde Iran de Maria Leitão Nunes	Identidade e Feminização Docente: o olhar das mulheres professoras da rede pública municipal de ensino de São Luís– MA.	2013
20	Alexandra Naima Machado Rudakoff Iran de Maria Leitão Nunes	As mulheres professoras de Arte na Escola Técnica Federal do Maranhão (1975-1989).	2014
21	Edvaldo Costa Rodrigues Diomar das Graças Motta	A Relação trabalho-Educação na vida de Mulheres Vigilantes em São Luís	2014
22	Alda Margareth Silva Farias Santiago. Iran de Maria Leitão Nunes	Vozes e Saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal e Regional Nossa Senhora da Assunção- Guimarães/MA (1957-1961).	2015
23	Maria do Carmo Alves da Cruz Diomar das Graças Motta	As invisíveis necessárias: trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís.	2016
24	Marianne Christina Campos Machado Diomar das Graças Motta	Escrita de mulheres idosas: identidade e empoderamento.	2016
25	Alberto Magno Moreira Martins Iran de Maria Leitão Nunes	Educação e diversidade sexual: a (in)visibilidade nos planos de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias no ensino médio maranhense.	2016
26	Bianca Bueno do Nascimento Diomar das Graças Motta	O sexismo no ensino superior do Maranhão.	2017
27	Rosiane Silveira Rodrigues V. Amorim Iran de Maria Leitão Nunes	Pioneirismo revelado: o trabalho educativo das filhas da caridade em São José de Ribamar (1944-1952).	2017
28	Thalita de Fátima Aranha Barbosa Sousa Diomar das Graças Motta	Gênero e Educação Infantil: um estudo das atividades realizadas pelas professoras no contexto escolar.	2018
29	Antonieta Lago Teixeira Iran de Maria Leitão Nunes	Percursos formativos das mulheres líderes comunitárias em São Luís.	2019
30	Arthur Furtado Bogéa Iran de Maria Leitão Nunes	Discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?	2019
31	Fernanda Vanessa de Jesus da Silva Iran de Maria Leitão Nunes	Entre números e saias: a trajetória de mulheres professoras de Ciências Exatas da Universidade Federal do Maranhão.	2020
32	Isabel Cristina Costa Freire Iran de Maria Leitão Nunes	As Mulheres Atenas Maranhense: memória das primeiras professoras do departamento de Filosofia da UFMA.	2020
33	Rayssa Maria Bezerra Vieira de Sousa Sirlene Mota Pinheiro da Silva	Educação para Sexualidade e Documentos Educacionais: possíveis reflexos na prática pedagógica no Ensino Médio	2023
34	Ronald Torres Oliveira Iran de Maria Leitão Nunes	Gênero e Educação Infantil entre Lacunas e Entrelinhas: a legislação de 1998 a 2018	2023
35	Adriana da Silva Dias Sirlene Mota Pinheiro da Silva	CORPOS QUE TRANSITAM, CORPOS QUE GRITAM: violências de gênero no Ensino Médio	2024



36	Leticia Silva Lima Iran de Maria Leitão Nunes	MULHER, ENGENHEIRA E PROFESSORA: trajetórias de mulheres docentes das engenharias na Universidade Estadual do Maranhão/Campus Paulo VI	2024
----	--	--	------

Fonte: Produzido por Machado & Simões (2019) e atualizado pela autora em 2024.

A análise do quadro 2 evidencia um número significativo de pesquisas voltadas às questões de gênero e raça no âmbito da UFMA, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Contudo, essa produção acadêmica suscita reflexões sobre o efetivo aproveitamento desses conhecimentos no fortalecimento de políticas institucionais voltadas à inclusão e à diversidade no ambiente universitário, incluindo o acesso e de permanência de mulheres em cargos de poder.

Torna-se essencial que a Universidade avance na formulação de estratégias concretas capazes de garantir a participação de mulheres, especialmente mulheres negras, em cargos de liderança e decisão. Os estudos apresentados no quadro constituem, portanto, um referencial fundamental para a construção de políticas de reparação de desigualdades históricas, sociais, de gênero e raciais, servindo como base para a promoção de uma universidade mais equitativa e representativa.

Observa-se um número expressivo de pesquisas voltadas à representatividade feminina no Magistério Superior, com ênfase em questões raciais e de gênero. Os trabalhos analisam desde a presença de mulheres negras na docência até os processos de invisibilização e os desafios enfrentados em lugares acadêmicos. Estudos como *O Afropioneirismo de Mulheres na Educação Superior em São Luís do Maranhão* (2021) e *Onde Estão, Elas, na Educação Superior? Representatividade Feminina, a partir dos Campi do Continente/UFMA* (2024) evidenciam a necessidade de ampliar o debate sobre a presença feminina em cargos de decisão e sobre a construção de políticas institucionais mais inclusivas.

Além disso, dissertações que abordam as vivências de desigualdade de gênero e raça, como *Nós, VOZ, elas: mulheres professoras narrando suas vivências de desigualdade de gênero e raça no curso de Direito da UFMA* (2022), demonstram que a presença de mulheres nesses lugares não se traduz automaticamente em equidade, sendo fundamental questionar os impactos reais dessa inserção.

Os trabalhos sobre gênero na Educação abrangem diferentes aspectos, como a trajetória de mulheres na docência, relações de gênero no Ensino Superior, feminização do magistério, identidade docente, sexualidade e políticas educacionais. Ao todo, são 36 (trinta e seis) dissertações que abordam diretamente questões de gênero. No que se



refere às interseccionalidades entre gênero e raça no campo da Educação, temos 13 dissertações que investigam temas como a invisibilidade da mulher negra no Magistério, desigualdades estruturais, representatividade no ensino superior e práticas educativas afrocentradas.

As professoras do programa, Diomar das Graças Motta tem contribuição relevante na orientação das dissertações sobre gênero e formação de professoras e a professora Raimunda Nonata da Silva Machado é a principal orientadora das pesquisas que articulam gênero e raça, tendo orientado pelo menos nove das dissertações sobre o tema. Seu trabalho tem sido central na produção acadêmica sobre a representatividade feminina negra no Magistério Superior.

Os dados evidenciam que a UFMA, por meio do PPGE, tem produzido conhecimento relevante sobre a interseccionalidade entre gênero e raça, com um crescimento significativo, nos últimos anos, de trabalhos com temáticas educacionais. Nesse processo, a atuação da professora Raimunda Nonata da Silva Machado mostra-se fundamental para o fortalecimento desse campo de estudos dentro da instituição, contribuindo para um debate mais amplo sobre representatividade e desigualdades raciais na Educação.

Em síntese, o expressivo número de dissertações sobre gênero no âmbito do PPGE/UFMA revela um campo de pesquisa consolidado e em expansão. No período analisado, as professoras *Diomar das Graças Motta*, *Iran de Maria Leitão Nunes* e *Raimunda Nonata da Silva Machado* são as principais responsáveis pela orientação desses trabalhos, contribuindo para o fortalecimento dos debates sobre a representatividade feminina, feminização do magistério e desigualdades de gênero e raça na Educação.

Dessa forma, as pesquisas realizadas na UFMA reforçam que a representatividade feminina no magistério superior deve ser compreendida como um processo que exige mudanças estruturais, indo além da mera ocupação de cargos e assegurando a transformação das relações de poder no interior da Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado no decorrer deste artigo, ainda há um percurso longo, complexo e sinuoso a ser trilhado para a construção de uma sociedade que assegure a isonomia de direitos aos grupos historicamente subalternizados, cujas trajetórias foram forjadas por estruturas coloniais, patriarcais, racistas e capitalistas. Nesse contexto, a



Universidade não pode se eximir da responsabilidade histórica, política e social de debater, tensionar e implementar condições mais equitativas de acesso, permanência e ascensão para esses grupos.

A presença de mulheres no Magistério Superior, especialmente negras, indígenas e pertencentes a outros grupos historicamente marginalizados, impacta diretamente a produção do conhecimento, as práticas pedagógicas e os modos de fazer ciência. Essas mulheres introduzem perspectivas epistemológicas, teóricas, metodológicas e experiências diversas no ensino, na pesquisa e na extensão, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais plural, democrático e socialmente comprometido. Contudo, estudos sobre gênero e raça revelam que essas docentes continuam enfrentando barreiras para publicar, acessar financiamento, obter reconhecimento acadêmico e ocupar cargos de gestão e decisão, o que limita seu potencial de incidência institucional.

As mulheres, foco desta discussão sob a perspectiva da representatividade, demandam políticas públicas e institucionais que assegurem não apenas o ingresso em lugares de liderança, mas também condições objetivas de permanência, reconhecimento e atuação nesses ambientes historicamente marcados pela hegemonia masculina e branca. Torna-se imprescindível garantir um ambiente seguro, ético e acolhedor, no qual possam expressar suas vozes, construir agendas coletivas, lutar por direitos e exercer uma representatividade efetiva e associada à ocupação de lugares de poder, à promoção da redistribuição de poder epistêmico e do enfrentamento das desigualdades estruturais, contribuindo para a efetivação da justiça social.

Ademais, é fundamental que as pesquisas e produções acadêmicas que abordam gênero, raça e representatividade feminina no Magistério Superior ganhem maior visibilidade e legitimidade no interior da Universidade. O fortalecimento desse campo de estudos é estratégico para fomentar debates coletivos sobre a ocupação de cargos de gestão, segurança institucional, combate a todas as formas de assédio e violência contra as mulheres, bem como para a formulação de estratégias que reduzam a evasão feminina e promovam trajetórias acadêmicas mais equitativas na Universidade. As análises interseccionais de gênero e raça revelam-se, portanto, indispensáveis para compreender como as desigualdades históricas e estruturais impactam a inserção, a permanência e a ascensão das mulheres, sobretudo das mulheres negras, no Magistério Superior.

Em síntese, este estudo reafirma que a construção de uma universidade inclusiva exige mais do que discursos ou ações pontuais: requer compromisso institucional contínuo, revisão crítica das estruturas de poder, valorização de saberes historicamente



silenciados e implementação de políticas que promovam equidade, reconhecimento e justiça epistêmica. Trata-se de um processo em permanente construção, que convoca a universidade a assumir seu papel como espaço de transformação social, no qual a representatividade feminina não seja exceção, mas princípio estruturante.

Seguimos, portanto, na luta coletiva por uma universidade antirracista, antissexista e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen 2019.
- ABERS, Rebecca N. KECK, Margaret E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, jan./Abr. 2008. Acesso em: 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qwyFK6JJQrrjx6jnjjTJKH/?format=pdf&lang=pt>.
- ALVARENGA, Elda; SILVA, Erineuza M.; WENETZ, Ileana. A representatividade feminina e o exercício da docência no ensino superior. **Interseções**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 23, p. 577-600, jan. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/64912/41241>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org). **Afrocentricidade**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BECHARA, Evanildo (Org.). **Dicionário da Academia brasileira de letras: Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- CORNWALL, Andrea. Além do “empoderamento light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9zJqwJXHP4KbgfsLRCY7WpC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 dez. 2025.
- EVARISTO, Conceição. **Escrevivências: identidade, gênero e violência**. Idea, 2016.
- FERREIRA, Maria Mary. Representação feminina e construção da democracia no Brasil. **VII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais**, Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004. Acesso em: 09 set. 2021. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MaryFerreira.pdf>.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOLZIO, Derval. Exclusão Informativa: representação e representatividade dos negros e afrodescendentes nas capas da revista veja. **Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã** - Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico, vol. III, 2005. Disponível em: https://sopcom.pt/wp-content/uploads/2005/01/20110829-actas_vol_3.pdf. Acesso em 29 nov. 2022.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>. Acesso em: 23 mar. 2022.

JARDIM, Ilza Rodrigues. **A Magia do professorar: a aula como um excursionar entre os saberes**. 2011. 151.f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em educação, Universidade do Vale Rio dos Sinos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4004/IlzaRodriguesJardim.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 fev. 2025.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. SIMÕES, Simone Cristina Silva. O GEMGe na Formação de Epistemes de Subversão no Campo Educacional. **Revista Fórum Identidades**. UFS, Itabaiana-SE, v.30, n. 1. Acesso em: 08 mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/13510/10455>.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

MOSCHKOVICH, M; ALMEIDA, A. M. F. Desigualdade de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, vol.58, n-3, 2015, p.749-789.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

TAMBARA, Eleomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. Pelotas. **Revista História da Educação**. V. 2, n.3; pp. 35-37, abr.1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SILVA, Kátia Elaine de Vasconcelos; PRESSER, Nadi Helena; SILVA, Eli Lopes. A Representatividade das Mulheres na gestão das Universidades. Rio de Janeiro. **Revista P2P & Inovação**. V.5, Set/Fev de 2018. Páginas 120-140. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/4366/3756>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SILVA, Andrea Franco Lima. SILVA, Grécia Mara Borges. **“Falando a voz dos nossos desejos” os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras**. Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9156/6271>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SOUZA, Olivia Luiza Pilar de. **Representatividade importa?** Imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das personagens mulheres negras em *Malhação: viva a diferença*. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, p.170, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36631>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Artigo recebido em: 29 de novembro de 2025

Aceito para publicação em: 5 de janeiro de 2026

Manuscript received on: November 29, 2025

Accepted for publication on: January 5, 2026

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

